



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**O CONCEITO DE REVOLUÇÃO PASSIVA E A SUA ATUALIDADE PARA A ANÁLISE
DO BRASIL: RETRATOS DO CENÁRIO RECENTE DE RESTAURAÇÃO DA ORDEM
BURGUESA NO PAÍS.**

Silmara Carneiro e Silva

verdesilmara@yahoo.com.br

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Brasil



RESUMO

O regime político democrático foi reinaugurado no Brasil no final do século XX, num cenário de intensas lutas políticas e sociais. Essa reinauguração democrática, se por um lado foi produto de um processo autônomo dos movimentos de resistências à ordem ditatorial implantada em 1964, por outro foi síntese de um pacto econômico-político no qual pesou uma série de concessões e privilégios à burguesia nacional e internacional, em detrimento dos avanços conquistados politicamente com a transição. No equilíbrio instável alcançado pela sociedade brasileira, após a correlação de forças desse período, a Constituição Federal de 1988 consolidou juridicamente o necessário bloqueio às forças políticas progressistas surgidas do interior do regime ditatorial. A continuidade do bloqueio obteve caráter econômico e encontrou na década de 1990 seu ancoradouro. A reforma política brasileira foi sucedida por uma abertura econômica de claras intenções restauradoras da ordem burguesa no país, cujo caráter reformista conservador sustentou o equilíbrio das forças nacionais em prol da hegemonia do capital financeiro internacional, em aliança com a burguesia nacional. O bloqueio das forças progressistas ergueu-se, portanto, primeiramente em solo político, depois em solo econômico e obteve no Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, seu principal protagonista. Novamente, no início do século XXI, o Brasil tem a possibilidade histórica de retomar um ciclo de renovação, a ser alavancado pelos governos petistas. Inicialmente, uma esperança para os setores progressistas da sociedade brasileira, embora o Partido dos Trabalhadores – PT tenha concretizado importantes avanços do ponto de vista social ao Brasil, no campo da economia e da política, não tornou férteis as reformas prometidas. Um ciclo de renovação que se abre e logo se esvai em meio a seus próprios protagonistas, que com ele entram em derrocada no cenário da correlação de forças nacional. Com a interrupção do governo petista, o novo ciclo restaurativo iniciado, emerge fortalecido uma vez que se origina dos imbróglis do próprio governo. Da ala mais conservadora do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – o PMDB, o governo atual, dirige a galopes o mais perverso processo de restauração da ordem burguesa no Brasil, cujos retrocessos faz o regresso histórico-político deixar o recente processo de democratização do país, novamente no horizonte do desejo da sociedade brasileira. Para



analisar esta nova conjuntura de retrocessos na ordem democrática brasileira, considera-se, portanto, a atualidade do conceito de revolução passiva para entender o Brasil. Os ciclos de renovação e restauração, que compõem o conceito gramsciano de revolução passiva, são identificados pela literatura gramsciana brasileira na história econômico-política do país e, na atual conjuntura, continuam a elucidar a correlação de forças instauradas recentemente. É sobre este momento histórico da conjuntura política brasileira que o presente artigo se põe a refletir à luz do respectivo conceito gramsciano de revolução passiva.

ABSTRACT

The democratic political regime was reopened in Brazil at the end of the 20th century, in a scenario of intense political and social struggles. This democratic re-inauguration, if on the one hand, was the product of an autonomous process of resistance movements to the dictatorial order implanted in 1964, on the other, was a synthesis of an economic-political pact in which a series of concessions and privileges to the national and international bourgeoisie, To the detriment of the advances made politically with the transition. In the unstable equilibrium achieved by Brazilian society, after the correlation of forces of that period, the Federal Constitution of 1988 legally consolidated the necessary blockade of progressive political forces arising from the interior of the dictatorial regime. The continuity of the blockade obtained economic character and found in the 1990s its anchorage. The Brazilian political reform was succeeded by an economic opening of clear restorative intentions of the bourgeois order in the country, whose conservative reformist character sustained the balance of national forces in favor of the hegemony of international financial capital in alliance with the national bourgeoisie. The blockade of the progressive forces therefore rose first in political soil, then in economic soil and obtained in the Party of Brazilian Social Democracy - PSDB, its main protagonist. Again, at the beginning of the 21st century, Brazil has the historical possibility of resuming a cycle of renewal, to be leveraged by the PT governments. Initially, a hope for the progressive sectors of Brazilian society, although the Workers' Party (PT) has made important advances from the social point of view to Brazil in the field of economics and politics, has not made the promised reforms fertile. A cycle of renewal that opens up and soon disappears among its own



protagonists, who with it collapse in the scenario of national correlation of forces. With the interruption of the PT government, the new restorative cycle started, emerges strengthened since it originates from the imbroglios of the government itself. From the more conservative wing of the Party of the Brazilian Democratic Movement - the PMDB, the current government, leads to galloping the most perverse process of restoration of bourgeois order in Brazil, whose setbacks make the historical-political return leave the country's recent democratization process, Again on the horizon of the desire of Brazilian society. In order to analyze this new conjuncture of setbacks in the Brazilian democratic order, it is considered, therefore, the actuality of the concept of passive revolution to understand Brazil. The cycles of renewal and restoration, which compose the Gramscian concept of passive revolution, are identified by Brazilian Gramscian literature in the country's economic and political history and, in the current conjuncture, continue to elucidate the correlation of newly established forces. It is on this historical moment of the Brazilian political conjuncture that the present article is reflected in the light of the respective Gramscian concept of passive revolution.

Palabras clave

Revolução Passiva, Ordem Burguesa, Brasil.

Keywords

Passive Revolution, Bourgeois Order, Brazil.



I. Introdução

Para analisar esta nova conjuntura de retrocessos na ordem democrática brasileira, considera-se, a atualidade do conceito de revolução passiva, à luz da perspectiva gramsciana, para entender a correlação de forças que se instaurou no país, na conjuntura recente. Os ciclos de renovação e restauração, que compõem o conceito de revolução passiva de Antonio Gramsci, são identificados pela literatura gramsciana brasileira na história econômico-política do país e, na atual conjuntura, continuam a elucidar a correlação de forças instauradas recentemente. É sobre este momento histórico da conjuntura política brasileira que o presente artigo se põe a refletir à luz do respectivo conceito gramsciano de revolução passiva. Para tanto, o estudo lançará mão de revisão bibliográfica e documental.

Este artigo é parte de um conjunto de estudos desenvolvidos pela autora desde o seu doutoramento e atualmente no âmbito de sua pesquisa continuada, desenvolvida na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná-Brasil, em articulação com o Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais, do qual é membro na mesma instituição.

II. Marco teórico/marco conceptual

O conceito de revolução passiva e sua atualidade para a análise da correlação de forças contemporâneas

O debate sobre a revolução passiva na contemporaneidade se constitui no limiar das lutas políticas históricas e representa as novas tensões provenientes das dimensões política e econômicas alcançadas pela luta de classes na correlação de forças atual. Esse debate têm revelado a atualidade do conceito de revolução passiva para a compreensão das superestruturas democráticas capitalistas, hodiernamente.



Coutinho (2006) afirma que ao examinar as transformações sociais mundiais dos dois primeiros blocos históricos do século XX, Antonio Gramsci identificou o nascimento de uma ‘nova esfera social’ – a sociedade civil. A socialização da política, a ampliação do sufrágio e o surgimento de novos sujeitos políticos, como os partidos de massa, os sindicatos e jornais socialistas, são marcas desse contexto, que chamaram a atenção dos estudos do autor e de onde ele reuniu os elementos históricos para revitalizar, por dentro do marxismo, o conceito de sociedade civil.

Para Coutinho (2012) foi essa correlação de forças contemporâneas que serviu, para Gramsci, de base para sua teorização – a qual, conforme visto incide na revitalização do conceito de sociedade civil e implica o seu. Essa revitalização deita suas raízes na complexificação do fenômeno estatal. Tratando da visão de Antonio Gramsci, Coutinho (2012) afirma que o autor

[...] pôde assim ver que, com a intensificação dos processos de socialização da participação política, que toam corpo nos países ‘ocidentais’ sobretudo a partir do último terço do século XIX (formação de grandes sindicatos e de partidos de massa, conquista do sufrágio universal, etc.), surge uma esfera social nova, dotada de leis e de funções relativamente autônomas e específicas, tanto em face do mundo econômico quanto dos aparelhos repressivos do Estado. (Coutinho, 2012, p. 124).

Junto a este contexto histórico de surgimento dessa nova esfera social, elementos políticos, econômicas e sociais foram forjados na direção de uma revolução, que quando analisada tomando como base o sentido clássico de revolução, pode ser interpretada como um tipo de revolução inconclusa, mas se tomada na perspectiva trabalhada por Gramsci trata-se de uma revolução completa, de direção regressiva e restauradora da ordem burguesa, ou seja, uma ‘revolução passiva’. Nesse processo, as transformações de caráter progressivo são bloqueadas pelo Estado burguês, mediante sua intervenção na correlação de forças em presença.

A nova configuração da sociedade civil, conforme a análise gramsciana, perpassa, portanto, pelo problema fundamental das relações entre estrutura e superestrutura nas ‘revoluções passivas’ (Bianchi, 2006), as quais se formam por entre a transição de um bloco histórico específico para outro.



Ao retomar o fragmento do prefácio de “*Contribuição à Crítica da Economia Política*”, Buci-Glucksmamm (1980) afirma que neste fragmento da obra marxiana encontra-se o ponto fundamental da teoria de K. Marx, que remete ao conceito de revolução passiva. Complementando a respectiva relação, Buci-Glucksmamm (1980) destaca que a revolução passiva está inteiramente imbricada ao conceito de correlação de forças. Ao olhar para o Brasil a utilização dos conceitos de revolução passiva e correlação de forças se faz pautada nesta ponderação. Para Gramsci (2012, p. 37) o problema “[...] das relações entre estrutura e superestrutura deve ser posto com exatidão e resolvido para que se possa chegar a uma justa análise das forças que atuam na história de um determinado período e determinar a relação entre elas.”

Segundo Gramsci (2013, p. 250) “[...] o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção.” e este conjugado de relações forma um bloco histórico que pode ser regressivo ou progressivo, a depender da direção que assume o movimento de ‘revolução passiva’.

Nesse movimento do real, em que se processa a correlação de forças, sintetiza-se o processo de unidade de diversidade entre estrutura e superestrutura, que forma os diferentes blocos históricos. Gramsci (2012), ao analisar a sociedade moderna, ressalta a importância dos partidos políticos na elaboração e difusão de diferentes concepções de mundo, as quais interferem direto e indiretamente nas dinâmicas particulares atinentes aos diferentes blocos históricos. Para Gramsci deve-se

[...] sublinhar a importância e o significado que tem os partidos políticos, no mundo moderno, na elaboração e difusão das concepções do mundo, na medida em que elaboram essencialmente a ética e a política adequadas a elas, isto é, em que funcionam quase como ‘experimentadores’ históricos de tais concepções. (Gramsci, 2012, p. 105).

É no campo da sociedade civil que nascem e se desenvolvem os partidos políticos, como portadores da hegemonia, e ao lado de outros sujeitos históricos como os sindicatos, a igreja, a imprensa, tornam-se figuras centrais que passam a compor a sociedade civil na modernidade. Gramsci definiu a sociedade civil, como “[...] portadora material da figura social da hegemonia, como esfera de mediação entre a infra-estrutura econômica e o Estado em sentido restrito.”



(Coutinho, 2012, p. 121).¹ Hegemonia aqui, compreendida como direção do processo societário e, Estado restrito, enquanto sociedade política, ou Estado *carabinieri*, à luz da perspectiva gramsciana.

Os partidos políticos, para Gramsci (2006, p. 105),

[...] selecionam individualmente a massa atuante, e esta seleção opera-se simultaneamente nos campos práticos e teóricos, com uma relação tão mais estreita entre teoria e prática quanto mais seja a concepção vitalmente e radicalmente inovadora e antagônica aos antigos modos de pensar. Por isso pode-se dizer que os partidos são os elaboradores das novas intelectualidades integrais e totalitárias, isto é, o crisol da unificação de teoria e prática entendida como processo histórico real; [...].

No contexto democrático capitalista contemporâneo, conforme as determinações apresentadas acima, o conceito de revolução passiva, à luz da perspectiva gramsciana, contribui para o entendimento do modo como se configuram as correlações de forças nos diferentes blocos históricos e a noção de partido político, na sua acepção, é um dos sujeitos históricos que detêm a chave do processo, tanto para empreender esforços regressivos, totalitários, como para destravar os bloqueios empreendidos pelo Estado burguês e ativar intelectualidades progressistas, na direção do Estado Integral.

Questiona-se, então, diante do exposto, o que é característico das ‘revoluções passivas’ no âmbito da dinâmica da sociedade civil na contemporaneidade? E no Brasil, analisando-se os retratos recentes da correlação de forças em presença, quais os percursos traçados para a restauração da ordem burguesa?

Para responder a estas questões, parte-se do pressuposto de que as lutas políticas, (em meio aos cenários nas quais se desenvolveram na modernidade), sempre chegaram a resultados históricos que não alçaram mecanismos econômico-políticos suficientes para o pleno desenvolvimento da estrutura capitalista, bem como para a sua consequente transição ao comunismo. Assim, considera-se que há um ‘campo de tensões’ aberto e em constante movimento por entre as relações estabelecidas pelos diferentes sujeitos políticos presentes na sociedade civil. Elementos estes, que no retrato do Brasil recente, apontam para o início de um

¹ É deste conceito que Gramsci parte para ampliar e enriquecer a sua teorização sobre o Estado. (Coutinho, 2012).



bloco histórico regressivo, de perda dos direitos historicamente conquistados pela sociedade brasileira, de precarização das relações de trabalho, de uma fragilização de seu sistema de proteção social e, sobretudo, da adoção de uma posição subordinada e servil aos avanços da ordem burguesa mundial. As reformas estruturais e superestruturais em pleno desenvolvimento no país revelam o retrato de um Estado subserviente às demandas do capital, e hostil às demandas ‘vindas de baixo’ e configuram a plena atualidade do conceito de revolução passiva para entender o Brasil, nos quais a atuação dos partidos políticos assumiram papel importante.

III. Metodología

O conceito de revolução passiva no conjunto do universo categorial que permeia os escritos do filósofo e político Antonio Gramsci tem amparado, historicamente, a construção de importantes análises sobre as relações que a sociedade estabelece com o Estado no ocidente contemporâneo. Considerando este pressuposto, o presente trabalho realiza uma análise teórica, pautada em referenciais bibliográficos do próprio Gramsci, como também de autores gramscianos, com foco na compreensão do conceito de revolução passiva, enquanto um conceito atual para analisar os retratos do Brasil recente, enquanto um período de abertura de um novo bloco histórico de restauração da ordem burguesa no país.

IV. Análise de discussão dos dados

Tomando o conceito gramsciano de revolução passiva como ponto de partida efetivo para a realização da análise que se propõe neste trabalho, diríamos que o mesmo é pertinente para a compreensão das correlações de forças que retrata o Brasil recente. A correlação de forças históricas e estruturais do país carrega longos períodos de restauração, permeados por momentos de renovação. Tais períodos, por um lado, ergueram as estruturas necessárias para a manutenção dos interesses burgueses e, por outro, se inscreveram na história nacional, como aportes para a instauração de alavancas de comando em prol da sua democratização. Tais alavancas se forjaram, numa ou noutra conjuntura, a depender das forças de resistência em



presença, nos cenários das lutas pela hegemonia no território nacional. Destaca-se nesse processo os contextos democratizantes vivenciados no período anterior à ditadura militar e o movimento pela redemocratização, que nascera dos imbróglis do período ditatorial.

Em que pese os avanços jurídico-políticos e sociais que o país obteve após a Constituição Federal de 1988 e a crença de que o Brasil havia conquistado uma mínima estrutura de estabilidade democrática, importante se faz destacar que ambas questões foram colocadas em dúvida no cenário nacional, depois dos acontecimentos econômicos e políticos recentes. Na atual conjuntura, pode-se afirmar, à luz da perspectiva gramsciana, que um novo bloco histórico se iniciou. Nele, as forças conservadoras passaram a forjar canais para a sua afirmação no jogo político, jurídico e econômico nacional, forças estas capazes de reverter os processos de mudanças empreendidos nos últimos anos no país. Neste jogo, tais forças têm encontrado fôlego para seu fortalecimento, na medida em que construíram os elementos necessários, que deram sustentação a um momento restaurativo da ordem burguesa, no país. Os retrocessos anunciados, se dão sob o argumento da crise econômica e têm sido utilizados pela elite política brasileira, como pressupostos para alavancar reformas econômicas restauradoras da estrutura de dominação historicamente afirmada pela burguesia nacional. Tais reformas passaram a se materializar no Brasil recente, impondo sérias situações de desequilíbrios à ordem democrática e às ações de caráter progressivo que vinham sendo empreendidas, no país, desde os primeiros anos do século XXI. Destaca-se no contexto *ex ante* às reformas recentes no Brasil, do ponto de vista social, o avanço no âmbito das políticas de proteção social na direção de ações de transferência de renda, da formalização do emprego e do aumento dos salários (Saad Filho, 2016) e, do ponto de vista econômico, a adoção de políticas econômicas anticíclicas. Estas medidas fizeram o país melhorar seus índices de distribuição de renda, reduzir a pobreza e se manter entre os países latino-americanos que trabalhou para minorar as consequências das últimas crises estruturais do capital, mantendo índices econômicos e sociais favoráveis ao seu desenvolvimento. Segundo dados do PNUD (2015) o Brasil reduziu a pobreza extrema e a fome a menos de um sétimo do nível que atingia na década de 1990, passando de 25,5% para 3,5% em 2012. Com isso, o país superou a meta internacional proposta pelas Organizações das Nações Unidas para o desenvolvimento no país, nesse quesito. Segundo Saad Filho (2016) os



resultados positivos das políticas de distribuição da renda e o crescimento econômico brasileiro, tiraram proveito do *boom* das *commodities*, entre os anos de 2003 a 2004. Este acontecimento econômico deu condições para que o Brasil, frágilmente, entrasse num ciclo virtuoso de crescimento. Frágil, porque se o referido quadro resultou numa conjuntura progressiva para o país, tal se explica por um fator exógeno cujo movimento não estava subordinado às forças superestruturais, mas tinha raízes na base estrutural do mercado. Ou seja, o Estado brasileiro pôde se beneficiar, conjunturalmente, de uma situação econômica favorável refletiva pelo *status* positivo do mercado de produtos primários. Do ponto de vista político, o governo brasileiro desse período, empreendeu manobras político-partidárias que permitiram a coalização de grupos diversos, e amparados por uma posição conciliadora do governo, tais grupos formaram alianças situacionais entre a esquerda e a direita, no país. Tais alianças, posteriormente, desemboraram em sérias repercussões na correlação de forças político-institucionais no Brasil. No primeiro mandato do governo petista, de Luiz Inácio Lula da Silva – Lula (2003-2006), este chega ao poder presidencial, por uma coligação que uniu o Partido dos Trabalhadores – PT, Partido Liberal – PL, Partido Comunista do Brasil – PCdoB, Partido da Mobilização Nacional – PMN e Partido Comunista Brasileiro – PCB. No seu segundo mandato (2007-2010), a coligação reuniu o PT, o recém criado Partido Republicado Brasileiro – PRB, no qual se filiou o José de Alencar, vice-presidente de Lula nos dois mandatos, e o PCdoB. Nota-se que havia uma pluralidade de ideologias partidárias em ambas coalizões que elegeram os governos petistas, de Lula. Tal posição adotada pelo PT, na sua relação com os respectivos partidos coligados retirou-o do conjunto dos partidos, denominados de ideológicos, posicionando-o ao lado dos chamados partidos racionais. Os partidos, ditos racionais, são aqueles que adotam a tomada do poder, como meta primária, em detrimento da defesa de um projeto societário estrutural. Ainda que reservadas algumas peculiaridades ao PT, devido a sua particular história no processo político brasileiro, em especial, no período da redemocratização, ao se coligar com partidos de natureza liberal (PL, PRB), assumiu politicamente, uma posição conciliativa e reformista, do ponto de vista estrutural. Assim, o PT entrou efetivamente no jogo político e econômico, próprio dos que assumem movimentos característicos das revoluções passivas para se manter no domínio e direção da correlação de forças em presença. Nesse sentido, o PT passou



a empreender as reformas necessárias à incorporação de parte das demandas ‘vindas de baixo’, sem romper com o pacto de desenvolvimento do capitalismo, enquanto mecanismo de manutenção da ordem burguesa.

Passado o ciclo virtuoso das *commodities* e dada a crise econômica mundial de 2008, o Brasil passou a sofrer com as consequências regressivas da crise, o quê impôs o aumento dos custos para a manutenção das políticas sociais e à continuidade das políticas econômicas anticíclicas. Tal determinante estrutural levou, o próximo governo petista, de Dilma Rousseff (2011-2016), a esmorecer na manutenção das políticas de crescimento e de desenvolvimento social, o que se tornou fator preponderante para o aprofundamento da posição neoliberal, assumida pelos governos petistas, desde as coalizações feitas pelo PT, para a eleição de Lula. Em 2014, o ministro da Fazenda do governo Dilma Rousseff, Guido Mantega, anunciou o fim das políticas anticíclicas em prol de um “rearranjo da política fiscal e monetária para novo momento pós-crise”. (Ministério da Fazenda [MF] (2014). Esta tomada de posição anunciava, em alguma medida, o que estaria por vir, num futuro breve no Brasil.

O *modus operandi* das coalizações políticas plurais e de caráter eleitoreiras, experimentadas pelas coalizações que elegeram Lula à presidência e as manobras conciliativas protagonizadas na presidência permaneceu no governo de Dilma Rousseff. Para a sua eleição, o PT coligou-se com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, em especial, com a sua ala mais conservadora, representada por Michel Temer. Uma coalização instável entre os partidos, se manteve a custas de alianças frágeis, cuja instabilidade, custou ao PT, o próprio governo ao PMDB, quando do segundo mandato presidencial de Dilma Rousseff (2015-2016). A respectiva presidenta sofreu impeachment no decurso do segundo mandato, em 2016. E, desde 2015, sofria com pressões políticas internas ao governo, advindas da própria cúpula presidencial. Michel Temer, autor de parte dessas pressões, em carta à presidenta, escrita em 05 de dezembro de 2015, declara-se, oficialmente, seu adversário político. De vice-presidente e fiel aliado do governo, Michel Temer passou à condição de traidor do PT. Após alegar, oficialmente, que Dilma Rousseff havia chego ao poder às custas da legitimidade que gozava o PMDB no país, Michel Temer protagonizou uma ruptura política interna, capaz de contribuir,



decisivamente, para o impeachment em 2016 e a consequente intensificação e aceleração de reformas regressivas. (Michel Temer, 2015).

Assim, as alianças estabelecidas pelo PT, para ocupar o poder no governo federal, figuraram como fatores políticos superestruturais que se transformaram nas principais alavancas de comando para a entrada recente do país, em um bloco histórico regressivo de restauração da ordem burguesa. Obviamente, que os fatores que determinam os retratos do cenário recente no Brasil, não se esgotam na superestrutura, mas possuem raízes profundas na economia.

O impeachment da Presidenta Dilma Rousseff levou Michel Temer a assumir a Presidência da República no Brasil e, com isso, à retomada da mais franca e perversa restauração da ordem burguesa no país. À luz do conceito de revolução passiva, os retratos recentes no país, podem ser reconhecidos como frutos conjunturais dos embriões das coalizações petistas e, estruturalmente, dos anseios estruturais da burguesia nacional, que uma vez coaligada com o PT, fez valer novamente na ordem política e econômica nacional contemporânea, a direção restaurativa da ordem burguesa, que historicamente, esteve em franca e ardil disputa pela hegemonia na sociedade brasileira. Com o governo de Michel Temer, em aproximadamente um ano e quatro meses, o país foi levado a um brusco e desenfreado movimento de reformas regressivas, que custou aos brasileiros, inicialmente, a perda da certeza da legitimidade da ordem democrática no Brasil, e, na conjuntura atual, tem representando a perda de direitos sociais e da garantia de segurança da ordem constitucional. Estes processos se fazem reconhecer pelo conjunto de ações governamentais que tem se concretizado com o apoio do Congresso Nacional brasileiro, desde que Michel Temer assumiu o poder no Brasil. A aprovação da reforma trabalhista, que representa a direção da flexibilização do trabalho e da perda de garantias jurídicas ao trabalhador; a PEC 287/2016 que prevê a reforma da previdência social, a qual aumenta o tempo de contribuição e reduz benefícios; a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional n. 241/2016, que foi aprovada como Emenda Constitucional n. 095/2016, que congelou o investimento público no campo da seguridade social, por vinte anos, a portaria n. 1129/2017 que retrocede no combate ao trabalho escravo no país. Todas essas medidas governamentais implicam numa intensa frente de desrespeito às conquistas



constitucionais de 1988 e aos direitos humanos recepcionados pelo Brasil e, conseqüentemente, colocam o país na reta de um histórico e estrutural retrocesso social, político e econômico, quando tais questões são vistas a partir de uma perspectiva democrática e progressista.

Do ponto de vista das revoluções passivas, tais questões vivenciadas recentemente no Brasil, guardam consigo um modo histórico de fazer a política e movimentar a economia nacional. Este processo representa um momento de abertura e iniciação da restauração da ordem burguesa no país, que se somará aos demais períodos restaurativos que a sociedade brasileira guarda como herança histórica, próprios de seus movimentos de revolução passiva. Aos moldes da visão gramsciana, a correlação de forças atuais aponta para um período de manutenção dos interesses estruturais do capitalismo, traduzido pela preservação dos anseios corporativos de um empresariado nacional e do mercado mundial, ambos focados na intensificação da exploração da classe trabalhadora brasileira, o que implica na materialização dos processos restaurativos da ordem burguesa no Brasil, aprofundados no atual governo.

V. Conclusões

Em face dos processos de revolução passiva, depreende-se que as investidas da burguesia para manter a ordem capitalista estável, foram e continuam sendo, aos moldes de Coutinho (2012) parte de suas respostas restaurativas, ‘executadas pelo alto’, em face dos processos de renovação, protagonizados pelas tentativas de resistência por parte dos movimentos contrahegemônicos à ordem burguesa. Dessa estratégia política da burguesia que compõe os movimentos de uma revolução passiva, decorrem os bloqueios aos processos revolucionários, vindos de baixo e em franca oposição ao bloco de poder burguês, reatualizando-se os mecanismos de controle do capital sobre o trabalho.

Em épocas de crise de hegemonia, em face dos movimentos revolucionários passivos, a burguesia restaura-se enquanto classe dominante, incorporando parte das demandas da classe trabalhadora através de ações reformistas e conciliativos ‘pelo alto’. (COUTINHO, 2012). Esta estratégia foi adotada pelos últimos governos no Brasil e aprofundada desenfreadamente no governo de Michel Temer. Com efeito, as revoluções passivas e ou os processos de



revolução/restauração, além de se constituir, na perspectiva gramsciana, critério de interpretação histórica, no dizer de Kebir (2003) vai se constituindo um conceito atual para interpretar a correlação de forças contemporâneas, capaz de superar conceitos unívocos. Tais conceitos podem tornar possível, na contemporaneidade “[...] a mediação entre estratégias diversas, como, por exemplo, entre reformismo e revolução.” (Kebir, 2003, p. 151).

Diante dos elementos determinantes desse processo reflexivo, questiona-se sobre uma pretensa ‘encruzilhada’ imposta pelas revoluções passivas à teoria e à política democrática modernas, mediante o atual dimensionamento das tensões próprias da correlação de forças na contemporaneidade. Desse questionamento tem-se a sensação de que esta pretensa ‘encruzilhada’ inscreve-se, na seara do debate teórico e político contemporâneos, como um subterfúgio do capital à criação de uma ‘falsa necessidade’ no cenário superestrutural democrático capitalista moderno – a da gênese de um novo posicionamento político societário - pautado na polarização dos pilares de sustentação da modernidade – entre o compromisso com a objetividade da razão e o idealismo da vontade.

Considera-se que a síntese desse processo de polarização resultaria numa posição política de abandono da perspectiva da emancipação humana, como uma possibilidade intrínseca ao projeto da modernidade e ter-se-ia consolidado o culto à união do capitalismo com a emancipação política como fim último do desenvolvimento da humanidade. Decorre disso, que as revoluções passivas permaneceriam a movimentar-se historicamente bloqueando o desenvolvimento integral do Estado. Seus resultados seriam um suposto ‘*ad eternum*’ equilíbrio de forças, que no âmbito da correlação de forças em presença, se tornaria que cada vez mais favorável à hegemonia burguesa na modernidade.

Considera-se, portanto, que as tensões contemporâneas presentes na correlação de forças contemporâneas no Brasil desafiam os diferentes sujeitos políticos nacionais a um repensar ‘*in continuum*’ sobre os rumos económicos e políticos do país. Se por um lado, há que se repensar o desejo do abandono dos projetos de transformação face às limitações do reformismo político-institucional, por parte dos partidos políticos brasileiros, por outro, há que se reproblematicar os processos sócio-históricos, conceitos e perspectivas teórico-políticas e culturais, face aos distintos anseios democrático-emancipatórias presentes na sociedade civil



brasileira, fortalecendo e atualizando seus projetos emancipatórios, uma vez que esta é, na visão gramsciana, a portadora da nova esfera social na contemporaneidade.

VI. Bibliografia

Bianchi, A. (2006). Revolução passiva: o futuro do pretérito. *Crítica Marxista*, São Paulo, v. 23, n. 23, p. 34-57, 2006. Recuperado em 29 junho, 2017, de <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/>.

Buci-Glucksmann, C. (1980) *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Coutinho, C. N. (2012). *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012.

Coutinho, C. N. (2006). *Intervenções: O marxismo na batalha das idéias*. São Paulo: Cortez, 2006, p. 29-56.

Emenda Constitucional 95, de 15 de dezembro de 2016. (2016). Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília. 2016. Recuperado em 19 novembro, 2017, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm

Gramsci, Antonio. (2006). *Cadernos do Cárcere: Introdução ao Estudo da Filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (2012). *Cadernos do Cárcere: Maquiavel, notas sobre o Estado e a Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Kebir, S. (2003). “Revolução-restauração” e “revolução passiva”: conceitos de história universal. In: Coutinho, C. & Teixeira, A. de P. *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Ministério da Fazenda (2014). “Temos o desafio de fazer a transição para novo ciclo de expansão da economia mundial e brasileira”, diz Mantega. Recuperado em 19 novembro, 2017, de <http://www.fazenda.gov.br/noticias/2014/novembro/2014temos-o-desafio-de-fazer-a-transicao-para-novo-ciclo-de-expansao-da-economia-mundial-e-brasileira20192019-diz-mantega>.



Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2016). *Objetivos do desenvolvimento sustentável: redução da pobreza*. Recuperado em 04, agosto, 2017 de <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/post-2015/sdg-overview1/mdg1/>.

Saad, F. A. (2016). Avanços, contradições e limites dos governos petistas. *Crítica Marxista*. Recuperado em 30 outubro 2017, de <https://www.ifch.unicamp.br>.

Temer, M. (2015). Carta à Presidente. In: RIO DE JANEIRO, Portal de Notícias Globo. *Leia a íntegra da carta enviada pelo vice Michel Temer a Dilma*. 2015. Recuperado em 14, outubro, 2017 de, <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/leia-integra-da-carta-enviada-pelo-vice-michel-temer-dilma.html>. Acesso em: 14 out. 2017.